D. Contradição entre o Vaticano II e a doutrina católica

Os maus livros foram sempre combatidos, a liberdade de imprensa sempre abominada. São Paulo mesmo encorajou os cristãos convertidos a queimar publicamente seus livros de feitiçaria (Atos dos Apóstolos XIX, 19).

No palácio dos papas em Avignon está afixado um decreto pontifical da época de Bento XIV: os impressores culpados de imprimir escritos dos hereges protestantes deveriam sofrer nada menos que A PENA DE MORTE!!

> "É preciso lutar com coragem, tanto quanto a coisa o exige, e exterminar com todas as forças o flagelo de tantos livros funestos; nunca se fará desaparecer a matéria do erro, se os elementos criminosos da corrupção não perecerem consumidos pelas chamas" (Clemente XIII: encíclica Christianae reipublicae salus, 25 de novembro de 1766).

"Essa licença de pensar, de dizer, de escrever e até de fazer imprimir impunemente [...] tudo o que pode sugerir a imaginação mais desregrada" é "um direito monstruoso" (Pio VI: breve Quod aliquantum, 10 de março de 1791).

A liberdade de imprensa é uma "liberdade execrável pela qual nunca se terá horror suficiente" (Gregório XVI: encíclica Mirari vos, 15 de agosto de 1830).

A condenação da liberdade de imprensa faz parte do magistério pontifício ordinário. Este ensinamento é infalível, segundo São Pio X (juramento antimodernista): "Eu, N., abraço e recebo firmemente todas e cada uma das verdades que a Igreja, por seu magistério infalível, definiu, afirmou e declarou, especialmente esses chefes de doutrina que são diretamente dirigidos contra os erros deste tempo".

No entanto, o Vaticano II se opõe a esse ensinamento infalível, afirmando: "Os grupos religiosos também têm o direito de não ser impedidos de ensinar e manifestar sua fé publicamente, de viva voz e por escrito" (Dignitatis humanae, § 4). Assim, xintoístas, cainitas (seita cujos discípulos se esforçam para cometer todo tipo de pecado, imitando Caim), supra-lapsários (grupo protestante),

gomaristas (idem), luciferianos (antigamente discípulos de Lúcifer de Cagliari, combatidos por São Jerônimo; hoje, adeptos do culto a Lúcifer), adoradores da cebola (existem na França atualmente) e adeptos de todas as outras seitas bizarras - perdão, deveria ter dito "grupos religiosos" - estão autorizados a espalhar seus delírios pela imprensa.

Isso levanta um problema de autoridade: a liberdade de imprensa foi condenada pelo magistério pontifício ordinário "infalível" (São Pio X). No entanto, essa mesma liberdade de imprensa foi aprovada pelo Vaticano II como decorrente da "Revelação divina" (termo que envolve a infalibilidade do Vaticano II).

Da mesma forma, a liberdade dos cultos, qualificada como "desastrosa e uma heresia para sempre deplorável" por Pio VII (carta apostólica Post tam diuturnas, 29 de abril de 1814), foi apresentada como uma verdade de fé pelo Vaticano II.

Um dos redatores de Dignitatis humanae, o Padre Congar, escreveu que, segundo este texto, a liberdade religiosa estava contida na Revelação. No entanto, ele mesmo admitiu que tal afirmação era falsa. "A pedido do Papa, eu colaborei nos últimos parágrafos da declaração sobre a liberdade religiosa: era para mostrar que o tema da liberdade religiosa já aparecia na Escritura, mas isso não é verdade" (in: Éric Vatré: A la droite du Père, Paris 1994, p. 118). Que confissão! Declarar que uma doutrina é revelada, sabendo perfeitamente que isso é falso! Os bispos do conciliábulo que aprovaram este texto - incluindo Montini - são impostores!

A liberdade religiosa é até contrária à Revelação. Quando os judeus adoraram o bezerro de ouro, Moisés os parabenizou? Ele não os encorajou a "manifestar livremente a eficácia singular de sua doutrina para organizar a sociedade e vivificar toda a atividade humana" (Dignitatis humanae, § 4). A inexistência do direito à liberdade religiosa é uma verdade revelada. Por exemplo, Deus ordenou a Gideão que derrubasse o altar erguido a Baal por seu próprio pai (Juízes 6:25). O profeta Elias matou com suas próprias mãos os sacerdotes de Baal (2 Reis 18:40). Elias é o maior dos profetas, pois foi especialmente honrado por Nosso Senhor Jesus Cristo durante a Transfiguração (portanto, Cristo é contra a liberdade religiosa). O sucessor de Elias, Eliseu, ungiu Jeú. O rei Jeú mandou massacrar todos os seguidores de Baal, demolir o altar e "também derrubaram o templo de Baal e fizeram dele um latrina, o que ele é até hoje" (2 Reis 10:27). Esta latrina perto de Jerusalém é chamada de Geena...

"Além disso, a liberdade religiosa exige que os grupos religiosos não sejam impedidos de manifestar livremente a singular eficácia de sua doutrina para organizar a sociedade e vitalizar toda a atividade humana" (Dignitatis humanae, § 4). No entanto, Cristo disse: "Eu sou o caminho, a verdade e a vida" (João 14:6). Ele não disse que outras religiões além da sua trazem vida. Além disso, Cristo disse: "Sem mim, nada podeis fazer" (João 15:5). Ele não disse que algo pode ser feito (organizar eficazmente a sociedade) por meio de Buda ou Maomé. Cristo disse: "Quem não crer será condenado" (Marcos 16:16). Portanto, Ele não deu permissão para honrar o Ser supremo (termo querido pelos maçons) por meio de qualquer culto X. Se o Vaticano II afirma que budistas, muçulmanos, protestantes, animistas, etc., têm o direito de "honrar publicamente a divindade suprema" (Dignitatis humanae, § 4; a expressão "divindade suprema" também aparece em Nostra aetate), isso prova que os prelados adotaram a ideologia e a linguagem das lojas maçônicas, assim

como Wojtyla em Assis, pedindo aos seus convidados para simplesmente rezar "a uma potência suprema", "o Ser absoluto", "uma potência acima de todas as nossas forças humanas", "essa realidade que está além de nós".

"Divindade suprema"? Um comentarista atento poderia até destacar que o adjetivo "suprema" implica que também existem divindades inferiores. O Vaticano II estaria então professando o politeísmo...

Passamos agora ao decreto sobre o ecumenismo intitulado Unitatis redintegratio, também aprovado "no Espírito Santo" por Montini, em 21 de novembro de 1964. "Justificados pela fé recebida no batismo, incorporados a Cristo, eles têm direito a ser chamados de cristãos, e os filhos da Igreja Católica os reconhecem justamente como irmãos no Senhor" (§ 3). É um passo curioso e inédito: os adeptos das diversas seitas heréticas ou cismáticas são agora considerados ter fé?!

"As 'ações sagradas' desses irmãos 'certamente podem efetivamente produzir a vida da graça, e deve-se reconhecer que elas dão acesso à comunhão da salvação. [...] O Espírito de Cristo não se recusa a usá-las [das seitas protestantes ou cismáticas] como meios de salvação" (ibidem).

O Vaticano II obriga a crer como verdade de fé divina ("deve-se reconhecer") que o protestantismo leva à salvação. A infalibilidade está claramente envolvida.

Mas Pio IX ensinou ex cathedra o contrário: "É também muito conhecido esse dogma católico: que ninguém pode se salvar fora da Igreja Católica, e aqueles não podem obter a salvação eterna que conscientemente se mostram rebeldes à autoridade e às definições da Igreja, bem como aqueles que estão separados voluntariamente da unidade da Igreja e do pontífice romano, sucessor de Pedro, a quem foi confiada pelo Salvador a guarda da vinha" (Pio IX: carta Quanto conficiamus, 10 de agosto de 1863).

E os concílios anteriores a Pio IX vão na mesma direção. Citamos apenas um texto pouco conhecido do Concílio de Sens, realizado em 1528: "O luteranismo é uma exalação da serpente infernal". E esse mesmo concílio não era realmente favorável à liberdade religiosa: "Nós suplicamos [...] ao rei [...] que demonstre o zelo com que está preenchido pela religião cristã, afastando todos os hereges das terras de sua obediência, exterminando essa peste pública, preservando nesta fé essa monarquia", e proibimos "as reuniões secretas dos hereges".

Revision #1
Created 3 July 2024 02:43:30 by Admin
Updated 3 July 2024 02:44:27 by Admin